

**PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL  
(PAP-PCJ) 2017-2020**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2017 E  
PROGRAMAÇÃO PARA 2018 A 2020**

**MARÇO/2018**

## **1- INTRODUÇÃO**

Foi aprovado, em 16 de dezembro de 2016, como uma das metas do Contrato de Gestão, celebrado entre a Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de Águas – ANA, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança federal pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ (PAP-PCJ) para o período 2017 a 2020.

O Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) é considerado instrumento básico e harmonizado de orientação dos estudos, planos, projetos e ações a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, nas Bacias PCJ, para o período de 2017 a 2020.

O PAP-PCJ 2017-2020 contém programas e subprogramas do Plano de Bacias 2010-2020, priorizados pelos Comitês PCJ, com parte das ações possíveis de serem financiadas, e com intuito de alcançar as metas intermediárias constantes do Plano das Bacias PCJ 2010-2020, além da estimativa da disponibilidade de recursos financeiros para aplicação em cada um dos programas, considerando tais ações como demandas priorizadas.

Assim, como no PAP-PCJ 2013-2016, todas as ações priorizadas no PAP-PCJ 2017-2020 são de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ a sua contratação. Para o PAP-2017-2020, esta é a primeira atualização, e refere-se ao exercício de 2017, conforme norma constante da Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, em função das atividades realizadas e das demandas surgidas neste período.

O presente documento evidencia, de forma resumida, o relatório sobre a execução do Plano de Aplicação Plurianual PAP PCJ 2017-2020, em especial, para o exercício de 2017. Buscou-se apresentar informações sobre as atividades realizadas, os valores aprovados pelos Comitês PCJ, os valores contratados e executados, bem como a inclusão de ações e remanejamentos de valores propostos em função de solicitações das Câmaras Técnicas e Entidades do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos e que dependem da apreciação da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) e, posteriormente, da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL).

## **2 – DELIBERAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP PCJ 2017-2020**

A Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016, de 16/12/2016, instituiu o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – PAP-PCJ para o exercício 2017-2020, e dá outras providências, entre elas:

**Art. 2º** Caberá à Agência das Bacias PCJ, em destaque:

**I - .....**

**II - .....**

**III - atualizar, até o dia 31 de março de cada ano**, os valores das ações previstas, de acordo com os valores contratados anualmente;

**IV -** propor o remanejamento de saldos não utilizados para outras ações ainda não contratadas e constantes do PAP-PCJ 2017-2020;

**V -** propor a inclusão ou exclusão de ações com base em demandas futuras e na efetiva arrecadação de recursos da Cobrança Federal PCJ.

**Art. 3º** Fica delegado à Câmara Técnica do Plano de Bacias dos Comitês PCJ (CT-PB):

I - por meio do seu Grupo de Acompanhamento do Plano (GT-Acompanhamento), a função de acompanhar a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2017-2020, a serem implementadas pela Agência das Bacias PCJ;

II - aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º desta deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos não ultrapasse a 10% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2017-2020;

III - elaborar e encaminhar à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL), até 30 de abril de cada ano, relatório sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2017-2020.

**Parágrafo único.** Ocorrendo a rejeição de proposta, pela CT-PB, apresentada nos termos do inciso II do caput deste artigo, caberá recurso administrativo à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL).

**Art. 4º** Fica delegado à Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL):

I - aprovar propostas da Agência das Bacias PCJ, conforme incisos IV e V do art. 2º desta deliberação, desde que o valor dos recursos financeiros envolvidos seja superior a 10% e não ultrapasse a 25% do montante de aplicação previsto no PAP-PCJ 2017-2020;

II - apreciar recursos administrativos apresentados pela Agência das Bacias PCJ, conforme disposto no parágrafo único do art. 3º desta deliberação;

III - apreciar, até 30 de junho de cada ano, relatório da CT-PB sobre a execução das ações previstas no PAP-PCJ 2017-2020, informando os Plenários dos Comitês PCJ e propondo medidas, quando couber.

**Parágrafo único.** Ocorrendo a rejeição de proposta ou recurso administrativo, pela CT-PL, apresentados nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, caberá recurso administrativo aos Plenários dos Comitês PCJ.

### **3 – PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP PCJ 2017-2020**

**3.1.** O Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) se pauta pelas seguintes premissas:

I. Os estudos, planos, projetos e ações a serem executados devem estar em conformidade com os programas e metas estabelecidos no Plano das Bacias Hidrográficas Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e com as metas definidas no Contrato de Gestão firmado entre a Fundação Agência das Bacias PCJ com a Agência Nacional de Água – ANA;

II. As diretrizes devem ser harmonizadas para toda a área das Bacias PCJ, de forma a otimizar a aplicação dos recursos;

III. Com vistas a qualificar e alavancar investimentos para toda a bacia hidrográfica, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos e projetos, bem como ações de proteção, preservação, conservação e recuperação

de mananciais, além de ações de capacitação, treinamento, mobilização social, monitoramento e educação ambiental com foco em recursos hídricos.

### **3.2. São objetivos do PAP-PCJ:**

- I. Buscar as metas estabelecidas no Plano das Bacias PCJ 2010/2020 e no Contrato de Gestão, consideradas prioritárias no período de 2017 a 2020;
- II. Aumentar a disponibilidade de água e reduzir os níveis de poluição hídrica na bacia;
- III. Apoiar a adoção de medidas de proteção e preservação de nascentes e de práticas de conservação de água e solo;
- IV. Fomentar ações de prevenção e defesa a acidentes e eventos hidrológicos críticos;
- V. Complementar as ações de monitoramento hídrico quali-quantitativo, atendendo as especificidades dos Comitês PCJ;
- VI. Intensificar as parcerias com as Prefeituras Municipais visando a ampliação do Programa Municipal de Recursos Hídricos;
- VII. Intensificar as ações de Educação Ambiental e Comunicação Social;
- VIII. Dar suporte técnico e administrativo aos Comitês PCJ;
- IX. Atender as ações previstas nos Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ.

**3.3. Os recursos para a implementação dos programas e ações previstos no PAP-PCJ são:**

- I. Recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água em rios de domínio federal;
- II. Rendimentos financeiros eventualmente auferidos no período;
- III. Doações ou outras formas de parcerias.

**3.4. São metas passíveis de investimentos para fins de execução no período de 2017 a 2020:**

I – Aquelas dos indicadores abaixo relacionados inseridos no Contrato de Gestão firmado com a Agência Nacional de Águas – ANA:

#### **A - Indicador 2 – Planejamento e Gestão:**

**2A -** Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis e Relatório anual de Acompanhamento das ações executadas,

**2C -** Relatório bianual da execução das ações previstas no Plano das Bacias PCJ 2010/2020.

#### **B - Indicador 3 – Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos**

**3A –** Índice de Desembolso Anual;

**3B –** Índice de Desembolso Acumulado

**II** – As metas estabelecidas no Plano das Bacias 2010-2020 relacionadas com o enquadramento.

**3.5.** Para o período de abrangência do presente Plano de Aplicação Plurianual 2017 a 2020, as ações a serem desenvolvidas foram agrupadas em **13 temas**, conforme segue:

### **I. SISTEMA DE INFORMAÇÕES**

O Sistema de Informações das Bacias PCJ está sendo estruturado no âmbito da Agência das Bacias PCJ e é composto por diversas redes de monitoramento e um Sistema de Suporte à Decisão – SSD-PCJ que é um software que permite combinar alocação de quantidade de água e qualidade possibilitando assim a modelagem de determinado corpo d'água, em função de determinados cenários e premissas.

Para este grupo estão previstas as seguintes atividades:

1. Ações no âmbito da Política de Monitoramento e Gestão da Informação:
  - a) Gerenciamento e acompanhamento do desenvolvimento de atualizações do Sistema SSD-PCJ;
  - b) Informações Hidrometeorológicas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ;
  - c) Informações Hidrológicas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ;
  - d) Informações de Qualidade das Águas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ;
  - e) Informações de Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação PCJ;
  - f) Estruturação e Apoio ao funcionamento da Sala de Situação, com elaboração de manual.
2. Ações de Tecnologia da Informação na Agência das Bacias PCJ.
3. Contratação de serviços de Apoio Operacional à Coordenação de Sistema de Informações da Agência das Bacias PCJ.

### **II. PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA**

Os rios das Bacias PCJ foram enquadrados em classes de uso preponderantes por meio do Decreto Estadual Paulista nº10.755, de 22 de novembro de 1976, para os trechos paulista e como classe 2 para os trechos mineiros pela Resolução CONAMA nº357/2005, e desde então a situação de muitos trechos de rios se deterioraram necessitando de uma estratégia para a sua recuperação.

O Plano das Bacias PCJ 2010-2020 trouxe uma proposta para recolocá-los no enquadramento proposto, assim várias ações devem ser realizadas para alcançar este objetivo, para o período 2017 a 2020, quando serão desenvolvidas as seguintes ações:

1. Encaminhamento e Acompanhamento das discussões sobre a proposta de enquadramento junto aos Conselhos Estaduais Paulista e Mineiro (CRH's), bem como no Conselho Nacional (CNRH);
2. Contratação de estudos e propostas de melhorias da eficiência operacional das ETEs municipais; e
3. Acompanhamento das ações e resultados nos trechos reenquadráveis visando a manutenção dos cursos d'água nas classes de qualidade.

### **III. PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

O Programa Municipal de Recursos Hídricos é um ambicioso projeto de parceria proposto pelos Comitês PCJ aos municípios e visa basicamente a implantação de uma Política Municipal de Recursos Hídricos baseados em uma legislação municipal capaz de conhecer e planejar ações em toda a malha hídrica do município possibilitando assim que a gestão dos recursos hídricos chegue nos corpos d'água menores indo até as nascentes. Nesse sentido estão previstas para o período de abrangência deste PAP-PCJ as seguintes atividades:

1. Revisão e atualização dos objetivos da Política Municipal de Recursos hídricos;
2. Definição das etapas de implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos;

### **IV. POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS**

Depois de um longo processo de discussão as Câmaras Técnicas de Uso e Conservação da água no Meio Rural (CT-RURAL) e de Recursos Naturais (CT-RN) propuseram aos Comitês PCJ, sendo aprovada por unanimidade, a Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais que tem por objetivos:

- I. Promover ações para conservação das águas nas Bacias PCJ promovendo a regularidade da disponibilidade hídrica em quantidade e qualidade;
- II. Priorizar programas e projetos que envolvam parcerias e ações público/privadas voltadas à conservação das águas, com vistas à continuidade das ações contempladas nesta Política;
- III. Apoiar os programas, os projetos e as ações que visem à implantação e à consolidação das políticas municipais de recursos hídricos nas Bacias PCJ;
- IV. Apoiar ações conjuntas entre municípios de modo a garantir a conservação dos recursos hídricos e de mananciais de abastecimento;
- V. Implantar um sistema de informações sobre as áreas de interesse para apoiar a gestão de recursos hídricos;
- VI. Fornecer dados para composição de bancos e sistemas de informações dos Comitês PCJ;
- VII. Definir critérios tanto para a inclusão e priorização das ações de recuperação, conservação e proteção dos mananciais, nas áreas de interesse dos

Planos das Bacias e Florestal PCJ, bem como para a previsão e utilização de recursos financeiros;

**VIII.** Valorizar e reconhecer os proprietários e produtores rurais como parte fundamental no processo recuperação, conservação e proteção dos mananciais;

**IX.** Promover e ampliar a participação das entidades representativas do setor rural;

**X.** Fomentar os programas e aplicar os recursos técnicos e os financeiros conforme esta Política.

Nesse sentido, foram criados 4 programas para o atingimento dos objetivos propostos, quais sejam:

✓ **Programa 1** - Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse;

✓ **Programa 2** - Pagamento por Serviços Ambientais - PSA;

✓ **Programa 3** - Incentivo a Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de interesse regional - APRM;

✓ **Programa 4** - Proteção da Mata Atlântica.

Assim, a alocação de recursos financeiros ora apresentada visa atender as demandas que advirão dos chamamentos públicos que serão feitos, bem como em atendimento aos projetos que já se encontram em desenvolvimento nas Bacias PCJ, conforme segue:

**1** - Programa de Recuperação, Conservação e Proteção Ambiental em Áreas de Interesse:

- a) Estudos e Projetos;
- b) Serviços.

**2** - Programa de Pagamento por Serviços Ambientais – PSA;

a) Pré-PSA, que consiste nas etapas de estudos, diagnósticos, aprovação de Lei municipal, etc.

b) Pró-PSA, que consiste nas etapas de implantação de ações de recomposição florestal, conservação de solo, recuperação e proteção de mata ciliar e nascentes, dentre outras;

c) PSA – Pagamento, que consiste na fase de pagamento propriamente dito, ou seja, repasse de recursos financeiros para os proprietários rurais, conforme estabelecido nos regulamentos.

**3** – Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse Regional – APRM

- a) Estudos e Projetos;
- b) Serviços.

**4** – Proteção da Mata Atlântica.

- a) Estudos e Projetos;
- b) Serviços.

**5** – Projeto LUISA – (Levantamento de Unidades para Irrigação e Serviços Ambientais) que visa o desenvolvimento de software para cadastramento e mapeamento das propriedades rurais visando facilitar o processo de desenvolvimento dos Projetos Integrais das Propriedades – PIPs, relatórios e divulgação das atividades no âmbito da presente Política.

**6** – Parceria com a AGENCAMP – Estabelecimento de uma parceria com a Agência da Região Metropolitana de Campinas que é “braço executivo” da Região Metropolitana de Campinas – RMC que visa ações de recuperação e proteção das nascentes nos 22 municípios de que a compõe.

**7** – Contratação de serviços de apoio operacional à Coordenação de Gestão da Agência PCJ, responsável pelo acompanhamento da execução da referida Política.

## **V - RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA**

A recuperação da qualidade das águas nas Bacias PCJ sempre foi a prioridade máxima dos Comitês PCJ, como ficou consignado nos Planos das Bacias PCJ aprovados ao longo desses 23 anos de atividades.

Essa priorização para tratamento de esgoto permitiu a aplicação de aproximadamente **187,1 milhões** de reais das Cobranças PCJ e FEHIDRO, envolvendo outros **120, 3 milhões de reais** em contrapartida dos tomadores, totalizando mais de **307 milhões de reais** em **239** projetos contratados.

Este trabalho todo dos Comitês PCJ e dos responsáveis pelos serviços de saneamento resultou numa expressiva elevação dos índices de tratamento de esgotos gerados passando de **48%** em 2010 para **72%** em 2015, fato este que vem contribuindo para o atingimento da meta de tratamento de esgoto prevista no Plano das Bacias PCJ 2010-2020. Para o período de 2017 a 2020 estão previstas as seguintes atividades:

**1** - Contratação de prestação de serviços visando estudos para melhoria da eficiência dos sistemas para lodo de ETA e ETE.

**2** - Remuneração do Agente Técnico;

**3** - Contratação de Serviços visando a Elaboração do Plano Diretor de Reuso.

**4** - Contratação de ações no âmbito da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ

a) Plano de Segurança da Água

b) Índice de Salubridade Ambiental

c) Estudo Sobre condições de tratabilidade da água;

**5** - Contratação de Estudo visando adequação das ETES industriais visando o enquadramento;

**6** - Elaboração de Projetos Básicos ou Executivos e Licenciamento para ETES municipais.

7 - Ações a serem financiadas como demanda espontânea

## **VI. PROGRAMA DE USO RACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS**

O Uso Racional dos Recursos Hídricos é um dos objetivos da implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, uma das formas de se buscar o uso racional, além de ações de gestão de demanda é combater as perdas de água que ocorrem nas redes de distribuição de água nos municípios.

Nas Bacias PCJ, este programa constitui uma das principais metas do Plano das Bacias 2010-2020 onde vem sendo aportados recursos financeiros significativos das Cobranças PCJ e do FEHIDRO.

Em função desta estratégia, os Comitês PCJ e a Agência das Bacias PCJ foram agraciados com o Prêmio “Casos de Sucesso em Saneamento Básico + Perdas de Água 2016” concedido pelo Instituto Trata Brasil.

É importante destacar que não basta que os Comitês e a Agência das Bacias PCJ tenham iniciativas de planejamento, o mais importante é que os Serviços de Saneamento, quer sejam Prefeituras, Autarquias, Empresas Públicas Estatais ou Privadas atuem com planejamento nessa área. Isso é que realmente vem fazendo a diferença nas Bacias PCJ.

Para o período de 2017 a 2020 estão previstas as seguintes atividades:

- 1- Ações a serem financiadas como demanda espontânea;
- 2 - Contratação de serviço de apoio operacional à coordenação de Projetos

## **VII – CADASTROS E OUTORGAS**

Nas Bacias PCJ há três domínialidades de rios com suas legislações específicas, portanto, existe a necessidade de unificar os cadastros de usuários e de outorgas existentes de forma a dar mais agilidade e consistência para as informações existentes. Para o período 2017 a 2020 estão previstas as seguintes atividades:

- 1 - Apoio aos trabalhos de Fiscalização, Cadastramento, Licenciamento e Regularização de outorgas de poços tubulares profundos e captações superficiais;
- 2 - Parceria com entidades ligadas ao setor para realização de outorgas de uso no meio rural;
- 3 - Desenvolvimento do Sistema de cobrança.

## **VIII – MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO**

O assoreamento dos corpos d'água é preocupante, notadamente, em função dos problemas de enchentes, mas para o abastecimento público também pode acarretar graves problemas. Para o período do PAP-PCJ 2017-2020 está previsto estudos quanto ao assoreamento e planos de macrodrenagem para as seguintes áreas:

- 1 - Bacia do Rio Jundiaí;

2- Bacia do Rio Capivari;

3 - Revisão Plano Diretor de Macrodrenagem do Ribeirão Quilombo;

4 - Canal de Piracaia.

## **IX – PLANOS DIRETORES E ESTUDOS**

Os Planos Diretores e os Estudos específicos para alguns problemas nas Bacias PCJ se constituem em importantes iniciativas para diagnosticar e planejar ações específicas visando aumentar a segurança hídrica da região, bem como resolver problemas localizados, nesse sentido no período de abrangência deste PAP estão previstos os seguintes Planos Diretores e Estudos:

1- Plano Municipal de Saneamento básico;

2 -Plano Diretor de Combate às Perdas;

3 - Plano de Bacias;

4 - Estudo de Alternativas para Abastecimento público na Bacia do Rio Corumbataí;

5 - Estudo para definição de áreas de restrição e Controle de Captação e Uso das Águas Subterrâneas;

6 - Estudo de Avaliação da Disponibilidade Hídrica e recarga do Sistema Aquífero Guarani;

7 - Contratação de prestação de serviços para desenvolvimento de metodologia visando a definição de uso insignificante nas Bacias PCJ;

8 - Estudos para caracterização das fontes de poluição difusa, nas áreas urbanas e rurais.

## **X – EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

As ações de educação ambiental e de comunicação se constituem em importantes ferramentas para conscientização e a mobilização da sociedade para alcançarmos uma gestão eficiente e participativa.

É preciso levar à sociedade todo o conhecimento construído e em grande parte absorvido no âmbito dos Comitês PCJ de modo a disseminar este conhecimento e permitir uma mudança de hábitos agregando assim mais forças para a gestão dos recursos hídricos.

Os cursos e as capacitações visam dotar os membros dos Comitês e em especial, os servidores dos serviços de saneamento de conhecimentos específicos para desempenharem cada vez melhor as suas funções e assim atingir um nível de

excelência tanto na oferta de água potável quanto no tratamento dos efluentes. Para o período de 2017 a 2020 serão desenvolvidas as seguintes ações:

**1** - Reavaliação do Projeto AQUAEDUCA; Construção de Sistema de Informações georreferenciado (on Line) como banco de boas Práticas de Educação Ambiental e outras medidas não estruturais;

**2** - Contratação de serviços para levantamento de informações, criação, impressão e divulgação do relatório de gestão anual, informativos dos Comitês PCJ, folders, banners, vídeos publicações e materiais educativos;

**3** - Contratação de consultoria para transformação do Plano das Bacias PCJ (linguagem técnica) em linguagem pedagógica e produção de material específico para diversas faixas etárias;

**4** - Contratação de Serviços visando implementação das ações previstas no Plano de Mídia PCJ;

**5** - Firmar parcerias com as Instituições de Ensino, visando oferecer aos membros das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ vagas nos cursos de especialização "Lato Sensu";

**6** - Firmar parcerias com instituições para promover o ensino à distância (EAD) e presencial em recursos hídricos, saneamento, educação ambiental e afins, visando à realização de oficinas, cursos, seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização e, de estudos e pesquisas em recursos hídricos;

**7** - Firmar parcerias com instituições para promover cursos de capacitação para operadores dos serviços de saneamento;

**8** - Construção e instalação de materiais educativos interativos que trabalhem Educação Ambiental, Recursos hídricos e promovam a divulgação do trabalho realizado pelos Comitês PCJ.

## **XI. SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ**

A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ é a responsável por todas as atividades necessárias ao bom funcionamento dos Comitês, desde a logística e o suporte para as reuniões plenárias como também para as 12 Câmaras Técnicas onde participam mais de 700 pessoas.

O incentivo à participação destes membros dos Comitês em eventos externos é outra ação que vem obtendo bons resultados, pois permite verificar o estágio das discussões e decisões nas diversas regiões do país e do mundo. As ações previstas para o período são:

**1**- Logística e Suporte às reuniões plenárias e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ;

**2** - Eventos especiais dos Comitês PCJ, tais como: evento de comemoração aos 25 anos de implantação, Intercâmaras, simpósios;

**3** - Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos externos, tais como: Fóruns Nacional, Paulista e Mineiro de Comitês de Bacias, ABRH; ABES; ABAS; AIDRIS; ASSEMAE; Fórum das Américas e Fórum Mundial da Água, REBOB, RIOB;

**4** - Tecnologias para aperfeiçoamento dos Sistemas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ;

**5** - Contratação de serviço de apoio operacional à Secretaria Executiva.

## **XII. APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA-JAGUARI, COMITÊ PJ**

A porção mineira das Bacias PCJ correspondem a 7% de todo o território da bacia, porém é nessa área que estão as nascentes mais distantes da bacia do Rio Piracicaba, quer seja pelo braço Atibaia, ou pelo Jaguari ou ainda pelo Camanducaia, consistindo, portanto, no que podemos chamar de “Caixa D’água” das Bacias PCJ.

Para atender a esse território, que é constituído pela totalidade ou parcela dos municípios mineiros de Extrema, Camanducaia, Itapeva, Toledo e Sapucaí- Mirim foi formado o Comitê das Bacias dos Rios Piracicaba e Jaguari – Comitê PJ, cuja demanda maior é por ações de recuperação e proteção de mananciais, bem como de conservação do solo e da água, assim para o período de abrangência desse PAP estão previstas as seguintes ações:

**1** - Contratação de serviço de apoio operacional à coordenação de gestão para atendimento ao PJ;

**2** – Cadastro Ambiental Rural CAR - PCJ MINEIRO;

**3** - Pagamento por Serviços Ambientais – PSA-mineiro.

## **XIII. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS**

O Governo do Estado de São Paulo, quando da realização do I Simpósio das Bacias PCJ, em agosto de 2013, anunciou o apoio total à construção de dois reservatórios, previstos nos municípios de Pedreira e Amparo, com investimento de aproximadamente R\$ 600 milhões de reais.

Em 2016, foram aprovados o Licenciamento Ambiental e o financiamento para as obras, faltam ainda as outorgas, o arranjo institucional e o debate sobre o Sistema Adutor.

Outra preocupação que surgiu no processo de licenciamento ambiental diz respeito a possibilidade de eutrofização desses reservatórios, em função dos lançamentos de efluentes domésticos e industriais à montante deles, assim no período do PAP-PCJ estão previstas as seguintes ações:

**1**- Estudos de Alternativas, Projetos Básicos ou Executivos para Sistemas de Tratamento de efluentes;

## 2- Obras e Serviços para sistemas de Tratamento de efluentes;

Os Grupos de ações prioritizados para execução neste PAP-PCJ 2017-2020 tiveram o seguinte montante na alocação dos recursos aprovados pela Deliberação dos Comitês PCJ nº258/2016, conforme **Quadro 1**:

**Quadro 1 – Resumo dos Valores Anuais por Grupo de Ação do PAP-PCJ 2017-2020**

GRUPO	2017	2018	2019	2020	TOTAL (R\$)
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	R\$4.000.000,00	R\$6.200.000,00	R\$5.200.000,00	R\$2.350.000,00	R\$17.750.000,00
PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA.	R\$300.000,00	R\$300.000,00	R\$375.000,00	R\$315.000,00	R\$1.290.000,00
PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	R\$150.000,00	R\$150.000,00	R\$350.000,00	R\$175.000,00	R\$825.000,00
POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS.	R\$4.100.000,00	R\$4.250.000,00	R\$3.200.000,00	R\$1.600.000,00	R\$13.150.000,00
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA.	R\$11.078.000,00	R\$2.400.000,00	R\$3.400.000,00	R\$950.000,00	R\$17.828.000,00
PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA.	R\$12.158.000,00	R\$1.500.000,00	R\$1.500.000,00	R\$0,00	R\$15.158.000,00
CADASTROS E OUTORGAS	R\$2.400.000,00	R\$2.400.000,00	R\$1.450.000,00	R\$725.000,00	R\$6.975.000,00
MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO.	R\$1.500.000,00	R\$1.500.000,00	R\$2.750.000,00	R\$550.000,00	R\$6.300.000,00
PLANOS DIRETORES E ESTUDOS.	R\$1.600.000,00	R\$1.800.000,00	R\$2.300.000,00	R\$650.000,00	R\$6.350.000,00
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	R\$670.000,00	R\$1.170.000,00	R\$1.370.000,00	R\$685.000,00	R\$3.895.000,00
SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ.	R\$2.350.000,00	R\$2.400.000,00	R\$2.410.000,00	R\$800.000,00	R\$7.960.000,00
APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI -COMITÊ PJ.	R\$1.000.000,00	R\$1.000.000,00	R\$1.000.000,00	R\$425.000,00	R\$3.425.000,00
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	R\$200.000,00	R\$200.000,00	R\$1.200.000,00	R\$600.000,00	R\$2.200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$41.506.000,00</b>	<b>R\$25.270.000,00</b>	<b>R\$26.505.000,00</b>	<b>R\$9.825.000,00</b>	<b>R\$103.106.000,00</b>

Fonte: Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016.

O montante de investimentos previsto para o período 2017 a 2020 referem-se às estimativas dos valores, ano base 2017, a serem arrecadados com a cobrança em rios de domínio da União, nas Bacias PCJ e os rendimentos financeiros eventualmente auferidos, excluindo-se a parcela de 7,5% destinada ao custeio administrativo da Agência das Bacias PCJ.

Para a composição dos investimentos previstos neste PAP-PCJ 2017-2020 considerou-se que o montante a ser arrecadado mais rendimentos financeiros totalizam **R\$102.800.000,00** (cento e dois milhões e oitocentos mil reais) que descontados os recursos de custeio administrativo apresentam o valor líquido para investimento de **R\$95.090.000,00** (noventa e cinco milhões, noventa mil reais), conforme demonstrado no **Quadro 2** abaixo.

**Quadro 2 – Arrecadação estimada da cobrança PCJ federal para o exercício 2017 a 2020.**

ANO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	CUSTEIO	RECEITA LÍQUIDA
2017 <sup>(1)</sup>	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
2018 <sup>(1)</sup>	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
2019 <sup>(1)</sup>	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
2020 <sup>(1)</sup>	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 82.800.000,00</b>	<b>R\$ 20.000.000,00</b>	<b>R\$ 102.800.000,00</b>	<b>R\$ 7.710.000,00</b>	<b>R\$ 95.090.000,00</b>

<sup>(1)</sup> Estimativa - (Boletado em 2016 - R\$ 25.000.000,00) - (valor boletado revisado = R\$23.000.000,00 (estimativa de inadimplência 10% = R\$ 2.300.000,00) = 20.700.000,00

Fonte: Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016.

Ainda como estimativa para exercício de 2017 foram utilizados os recursos financeiros do saldo apurado do PAP PCJ 2013-2016, estimados em **R\$ 8.016.000,00** (oito milhões e dezesseis mil reais). Assim, o montante previsto para o PAP PCJ 2017-2020 foi estimado em **R\$103.106.000,00** (cento e três milhões, cento e seis mil reais), demonstrado no **Quadro 1**.

#### 4 – REAVALIACAO PAP-PCJ 2017-2020 - EXERCICIO 2017

No **Quadro 3** foram atualizados os valores de acordo com a arrecadação da Cobrança PCJ Federal realizada em 2017, incluindo rendimentos de aplicação financeira e custeio, permanecendo os valores estimados para os anos de 2018 a 2020, a fim de ajustar o orçamento:

**Quadro 3 – Arrecadação da Cobrança PCJ Federal em 2017 e estimativas da arrecadação para o exercício 2017 a 2020.**

ANO	REPASSE	RENDIMENTO	REPASSE + RENDIMENTO	CUSTEIO	RECEITA LIQUIDA
2017	R\$ 19.387.931,34	R\$ 4.219.103,48	R\$ 23.607.034,82	R\$ 1.770.527,61	R\$ 21.836.507,21
2018 <sup>(1)</sup>	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
2019 <sup>(1)</sup>	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
2020 <sup>(1)</sup>	R\$ 20.700.000,00	R\$ 5.000.000,00	R\$ 25.700.000,00	R\$ 1.927.500,00	R\$ 23.772.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 81.487.931,34</b>	<b>R\$ 19.219.103,48</b>	<b>R\$ 100.707.034,82</b>	<b>R\$ 7.553.027,61</b>	<b>R\$ 93.154.007,21</b>

<sup>(1)</sup> Estimativa - (Boletado em 2016 - R\$ 25.000.000,00) - (valor boletado revisado = R\$23.000.000,00 (estimativa de inadimplência 10% = R\$ 2.300.000,00) = 20.700.000,00

**Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira Agência das Bacias PCJ e Deliberação dos Comitês PCJ nº 258/2016.**

Assim, diante dos resultados apresentados, houve uma diferença de **R\$1.935.992,79** (um milhão, novecentos e trinta e cinco mil, novecentos e noventa e dois reais e setenta e nove centavos) a menor na receita líquida disponível para investimento no exercício de 2017, em comparação ao previsto para o mesmo período, totalizando o montante de **R\$93.154.007,21** (noventa e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, sete reais e vinte e um centavos) para o período de vigência do PAP-PCJ 2017-2020. Tal diferença pode ser explicada principalmente pela queda dos rendimentos financeiros, a partir da diminuição dos percentuais de rentabilidade da aplicação financeira e pela expansão dos desembolsos realizados pela Agência das Bacias PCJ, refletindo na diminuição do saldo em caixa e na base de cálculo para apuração dos rendimentos financeiros. Além disso, cabe destacar que houve valor boletado para a cobrança federal, no exercício 2017, em montante inferior ao previsto, bem como manutenção do índice de inadimplência próximo de **10%**, o que refletiu em menor repasse da ANA para realização de investimentos.

Portanto, para a composição do total atualizado do PAP-PCJ 2017-2020 considerou-se além dos **R\$93.114.007,21** (noventa e três milhões, cento e cinquenta e quatro mil, sete reais e vinte e um centavos) apurados conforme apresentado anteriormente no **Quadro 3**, o valor de **R\$16.837.617,77** (dezesseis milhões, oitocentos e trinta e sete mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e sete centavos) transferidos do PAP-PCJ 2013-2016 e aprovado no seu relatório final de avaliação de execução apresentado em abril de 2017 para os Comitês PCJ, totalizando o montante de **R\$109.991.624,89**, conforme demonstrado no **Quadro 4**.

**Quadro 4 – Resumo dos valores anuais por Grupo de Ação do PAP-PCJ 2017-2020 – revisão 2017**

GRUPO	2017 - contratado	2018	2019	2020	TOTAL (R\$)
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	R\$ 1.748.177,82	R\$ 7.250.436,12	R\$ 5.100.949,94	R\$ 3.650.436,12	R\$ 17.750.000,00
PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA.	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 315.000,00	R\$ 1.290.000,00
PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 650.000,00	R\$ 175.000,00	R\$ 825.000,00
POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS.	R\$ 2.047.248,56	R\$ 5.220.664,90	R\$ 4.588.421,64	R\$ 2.205.664,90	R\$ 14.062.000,00
RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA.	R\$ 5.850.900,70	R\$ 3.210.277,30	R\$ 2.800.000,00	R\$ 650.000,00	R\$ 12.511.178,00
PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA.	R\$ 15.307.027,06	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.389.975,46	R\$ 0,00	R\$ 18.197.002,52
CADASTROS E OUTORGAS	R\$ 1.955.910,70	R\$ 3.775.000,00	R\$ 1.144.089,30	R\$ 100.000,00	R\$ 6.975.000,00
MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO.	R\$ 225.527,57	R\$ 3.874.472,43	R\$ 4.800.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 9.025.000,00
PLANOS DIRETORES E ESTUDOS.	R\$ 393.460,50	R\$ 2.900.000,00	R\$ 5.700.000,00	R\$ 1.650.000,00	R\$ 10.643.460,50
EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	R\$ 1.122.342,58	R\$ 1.895.000,00	R\$ 1.731.000,00	R\$ 355.523,38	R\$ 5.103.865,96
SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ.	R\$ 1.559.924,89	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.350.000,00	R\$ 1.350.075,11	R\$ 7.960.000,00
APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI -COMITÊ PJ.	R\$ 276.283,48	R\$ 1.800.000,00	R\$ 950.000,00	R\$ 425.000,00	R\$ 3.451.283,48
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 2.200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 30.486.803,86</b>	<b>R\$ 35.125.850,75</b>	<b>R\$ 32.779.436,34</b>	<b>R\$ 11.601.699,51</b>	<b>R\$ 109.993.790,46</b>

**Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira – Agência das Bacias PCJ**

A seguir será apresentada a execução das atividades no exercício de 2017 com destaque para as ações novas e contínuas contidas no PAP PCJ 2017-2020.

## 5 – EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES 2017

Em 2017, as contratações das atividades previstas no PAP-PCJ em consonância com o Plano de Trabalho da Agência das Bacias PCJ, resultaram num montante contratado de **R\$30.486.803,86** (trinta milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, oitocentos e três reais e oitenta e seis centavos).

Destaca-se que do total contratado, **R\$17.421.172,26** (dezessete milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cento e setenta e dois reais e vinte e seis centavos) referem-se aos empreendimentos de Demanda Espontânea indicados pelos Comitês PCJ para recebimento de recursos. Já as contratações realizadas pela Agência das Bacias PCJ totalizam **R\$13.065.631,60** (treze milhões, sessenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

As ações mais representativas pertencem a **10 grupos** distintos de ações: **I** - “Sistemas de Informações”; **IV** - “Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais”, **V** - “Recuperação da qualidade dos corpos d’água”, **VI** – “Programa de uso Racional da Água”; **VII** – “Cadastros e Outorgas”; **VIII** - “Macro drenagem e Desassoreamento”, **IX** - “Planos Diretores e Estudos”, **X** - “Educação Ambiental, Cursos e capacitações e Comunicação Social”, **XI** - “Secretaria Executiva dos Comitês PCJ” e **XII** - “Apoio à Gestão e Fortalecimento do Comitê Piracicaba e Jaguari - Comitê PJ”, conforme **Quadro 5**:

**Quadro 5 - Ações contratadas em 2017 – PAP PCJ 2017-2020**

GRUPOS	AÇÕES	CONTRATADO	PAGO	A PAGAR	% CONTRATADO/TOTAL
I	<b>TOTAL</b>	<b>R\$1.748.177,82</b>	<b>R\$199.508,32</b>	<b>R\$1.548.669,50</b>	<b>5,73%</b>
	1 - Ações no âmbito da Política de Monitoramento e Gestão da Informação	R\$325,00	R\$325,00	R\$0,00	0,00%
	2 - Ações de Tecnologia da Informação na Agência das Bacias PCJ	R\$398.366,64	R\$199.183,32	R\$199.183,32	1,31%
	3 - Contratação de serviço de apoio operacional à coordenação de Sistema de Informações	R\$1.349.486,18	R\$0,00	R\$1.349.486,18	4,43%
IV	<b>TOTAL</b>	<b>R\$2.047.248,56</b>	<b>R\$977.178,15</b>	<b>R\$1.070.070,41</b>	<b>6,72%</b>
	1- Programa de Recuperação, Conservação e Proteção de Áreas	R\$558.005,30	R\$18.356,09	R\$539.649,21	1,83%
	5- LUISA	R\$1.117.243,26	R\$772.822,06	R\$344.421,20	3,66%
	8- Plano Diretor Florestal	R\$372.000,00	R\$186.000,00	R\$186.000,00	1,22%
V	<b>TOTAL</b>	<b>R\$5.850.900,70</b>	<b>R\$597.552,42</b>	<b>R\$5.253.348,28</b>	<b>19,19%</b>
	2 - Remuneração do Agente Técnico	R\$2.426.730,96	R\$597.552,42	R\$1.829.178,54	7,96%
	7 - Ações a serem financiadas como demanda espontânea	R\$3.424.169,74	R\$0,00	R\$3.424.169,74	11,23%
VI	<b>TOTAL</b>	<b>R\$15.307.027,06</b>	<b>R\$436.674,84</b>	<b>R\$14.870.352,22</b>	<b>50,21%</b>
	1- Ações a serem financiadas como demanda espontânea	R\$13.997.002,52	R\$0,00	R\$13.997.002,52	45,91%
	2 - Contratação de serviço de apoio operacional à Coordenação de Projetos	R\$1.310.024,54	R\$436.674,84	R\$873.349,70	4,30%
VII	<b>TOTAL</b>	<b>R\$1.955.910,70</b>	<b>R\$651.970,22</b>	<b>R\$1.303.940,48</b>	<b>6,42%</b>
	1 - Apoio aos trabalhos de fiscalização, cadastramento, licenciamento e regularização de outorgas de poços tubulares profundos e captações superficiais	R\$1.955.910,70	R\$651.970,22	R\$1.303.940,48	6,42%
VIII	<b>TOTAL</b>	<b>R\$225.527,57</b>	<b>R\$225.527,57</b>	<b>R\$0,00</b>	<b>0,74%</b>
	4 - Canal de Piracaiá	R\$225.527,57	R\$225.527,57	R\$0,00	0,74%
IX	<b>TOTAL</b>	<b>R\$393.460,50</b>	<b>R\$0,00</b>	<b>R\$393.460,50</b>	<b>1,29%</b>
	9 - Estudo de avaliação hidrogeológica visando captação de água	R\$393.460,50	R\$0,00	R\$393.460,50	1,29%
X	<b>TOTAL</b>	<b>R\$1.122.342,58</b>	<b>R\$532.995,53</b>	<b>R\$589.347,05</b>	<b>3,68%</b>
	2 - Contratação de serviços para levantamento de informações, criação, impressão e divulgação do relatório de gestão anual, informativos dos Comitês PCJ, folders, banners, vídeos, publicações e materiais educativos	R\$208.865,96	R\$172.318,22	R\$36.547,74	0,69%
	4 - Contratação de serviços visando implementação das ações previstas no Plano de Mídia PCJ	R\$400.000,00	R\$66.118,00	R\$333.882,00	1,31%
	5 - Firmar parcerias com as instituições de ensino, visando oferecer aos membros das Câmaras Técnicas vagas nos cursos de especialização "Lato Sensu". 1 vaga por Câmara Técnica por ano	R\$99.476,62	R\$40.559,31	R\$58.917,31	0,33%
	6 - Firmar parcerias com instituições para promover o ensino à distância e presencial em recursos hídricos, saneamento, educação ambiental e afins, visando à realização de oficinas, cursos, seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização e, de estudos e pesquisas em recursos hídricos	R\$414.000,00	R\$254.000,00	R\$160.000,00	1,36%
XI	<b>TOTAL</b>	<b>R\$1.559.924,89</b>	<b>R\$1.165.557,53</b>	<b>R\$394.367,36</b>	<b>5,12%</b>
	1- Logística e suporte às reuniões plenárias e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ	R\$257.261,66	R\$172.717,02	R\$84.544,64	0,84%
	3 - Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos externos, tais como: Foruns Nacional, Paulista e Mineiro de Comitês de Bacias, ABRH; ABES; ABAS; AIDRIS; ASSEMAE; Fórum das Américas e Fórum Mundial da Água, REBOB, RIOB	R\$325.425,78	R\$325.425,78	R\$0,00	1,07%
	4 - Tecnologias para aperfeiçoamento dos sistemas da Secretaria Executiva dos Comitês	R\$450.792,26	R\$218.440,11	R\$232.352,15	1,48%
	5 - Contratação de serviço de apoio operacional à Secretaria Executiva	R\$526.445,19	R\$448.974,62	R\$77.470,57	1,73%
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$276.283,48</b>	<b>R\$151.283,48</b>	<b>R\$125.000,00</b>	<b>0,91%</b>
XII	<b>TOTAL</b>	<b>R\$276.283,48</b>	<b>R\$151.283,48</b>	<b>R\$125.000,00</b>	<b>0,91%</b>
	1 - Contratação de serviço de apoio operacional à Coordenação de Gestao para atendimento ao PJ	R\$250.000,00	R\$125.000,00	R\$125.000,00	0,82%
	4- Reforma do viveiro de Camanducaia	R\$26.283,48	R\$26.283,48	R\$0,00	0,09%
<b>TOTAL PAP PCJ 2017-2020</b>		<b>R\$30.486.803,86</b>	<b>R\$4.938.248,06</b>	<b>R\$25.548.555,80</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Diretoria Administrativa e Financeira – Agência das Bacias PCJ

A seguir serão apresentadas as ações realizadas pela Agência das Bacias PCJ, no exercício de 2017, a partir da aprovação do PAP-PCJ 2017-2020, elencando as contratações mais representativas de cada programa, levando-se em consideração o montante envolvido e a relevância para o cumprimento das ações do Plano de Bacias.

**1) CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO, REGULAÇÃO & BENCHMARK APLICADOS AO SANEAMENTO PARA MEMBROS DOS COMITÊS PCJ**

Nº DO CONTRATO	001/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8.666/1993
OBJETO DO CONTRATO	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO & REGULAÇÃO & BENCHMARK APLICADOS AO SANEAMENTO
VALOR DO CONTRATO	R\$ 400.000,00
CONTRATADO	FUNDAÇÃO PARA O INCREMENTO DA PESQUISA E DO APERFEIÇOAMENTO INDUSTRIAL - FIPAI
CNPJ DO CONTRATADO	47.035.662/0001-60
INÍCIO DA VIGÊNCIA	06/01/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	05/01/2019

**2) PLANO DIRETOR PARA RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL DAS BACIAS PCJ**

Nº DO CONTRATO	009/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8.666/1993
OBJETO DO CONTRATO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARA RECOMPOSIÇÃO FLORESTAL VISANDO A CONSERVAÇÃO DE ÁGUA NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ
VALOR DO CONTRATO	R\$ 372.000,00
CONTRATADO	IRRIGART ENGENHARIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE LTDA. EPP
CNPJ DO CONTRATADO	03.427.949/0001-60
INÍCIO DA VIGÊNCIA	27/03/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	07/04/2018

### 3) PLANO DE MÍDIA DAS BACIAS PCJ

Nº DO CONTRATO	010/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8.666/1993 E LEI FEDERAL Nº12.232/2010
OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PUBLICIDADE
VALOR DO CONTRATO	R\$ 400.000,00
CONTRATADO	SHOUT AGÊNCIA DE PUBLICIDADE LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO	11.363.879/0001-52
INÍCIO DA VIGÊNCIA	29/03/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	28/03/2018

### 4) REFORMA DO VIVEIRO FLORESTAL REGIONAL DE MUDAS NATIVAS DO MUNICÍPIO DE CAMANDUCAIA-MG

Nº DO CONTRATO	012/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI - COMITÊ PJ)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8.666/1993
OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DO VIVEIRO FLORESTAL REGIONAL DE MUDAS NATIVAS DO MUNICÍPIO DE CAMANDUCAIA-MG, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS
VALOR DO CONTRATO	R\$ 24.118,01
CONTRATADO	ROMME CONSTRUTORA LTDA. - EPP
CNPJ DO CONTRATADO	06.229.343/0001-09
INÍCIO DA VIGÊNCIA	31/04/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	09/07/2017

**5) LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DO VERTEDEDOR DA BARRAGEM LOCALIZADA NO PARQUE ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE PIRACAIA**

Nº DO CONTRATO	014/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8.666/1993
OBJETO DO CONTRATO	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINA E DESASSOREAMENTO PARA A DESOBSTRUÇÃO DO VERTEDEDOR DA BARRAGEM LOCALIZADA NO PARQUE ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE PIRACAIA
VALOR DO CONTRATO	R\$ 182.517,00
CONTRATADO	TERRAZZO TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP
CNPJ DO CONTRATADO	10.617.525/0001-24
INÍCIO DA VIGÊNCIA	19/04/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	18/07/2017

**6) ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DA PROCESSO DE SUSTENTAÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Nº DO CONTRATO	015/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	PREGÃO PRESENCIAL
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 10.520/2002
OBJETO DO CONTRATO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA PARA IMPLANTAÇÃO DE PROCESSOS DE SUSTENTAÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONFORME ESTABELECIDO NO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ
VALOR DO CONTRATO	R\$ 115.050,00
CONTRATADO	ILUMNA CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO	05.683.757/0001-40
INÍCIO DA VIGÊNCIA	19/04/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	18/04/2018

**7) OPERAÇÃO, SUPORTE, MANUTENÇÃO, DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE SISTEMAS E INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Nº DO CONTRATO	016/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (SISTEMAS DE INFORMAÇÕES)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	CONCORRÊNCIA
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8.666/1993
OBJETO DO CONTRATO	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM OPERAÇÃO, SUPORTE, MANUTENÇÃO, DESENV. DE PROJETOS DE SISTEMAS E INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – TI, GERENCIAM. DE PROJETOS E GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TI, BASEADOS EM SISTEMAS DE INFRAESTRUTURA EXISTENTES E FUTUROS, QUE SUSTENTAM OS PROCESSOS DE NEGÓCIO DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ, CONFORME PREVISTO NO PETI E PDTI 2016-2018
VALOR DO CONTRATO	R\$ 398.366,64
CONTRATADO	K2FS SISTEMAS E PROJETOS LTDA. - EPP
CNPJ DO CONTRATADO	02.445.557/0001-61
INÍCIO DA VIGÊNCIA	19/04/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	18/04/2018

**8) LUISA – FASE II**

Nº DO CONTRATO	017/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	PREGÃO PRESENCIAL
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 10.520/2002
OBJETO DO CONTRATO	PREST. DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO PARA SISTEMATIZAÇÃO DOS FLUXOS DE PROCESSOS PARA O LEVANTAMENTO DE UNIDADES DE INVESTIMENTO E SERVIÇOS AMBIENTAIS – LUISA – FASE II, COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, SUPORTE, CAPACITAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTOS
VALOR DO CONTRATO	R\$ 1.043.700,00
CONTRATADO	IMAGEM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO	07.668.045/0001-88
INÍCIO DA VIGÊNCIA	26/04/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	25/10/2019

**9) OFERECIMENTO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU, ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA MEMBROS DOS COMITÊS PCJ.**

Nº DO CONTRATO	024/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8666/93
OBJETO DO CONTRATO	CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PARA OFERECIMENTO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU “GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS” PARA 12 MEMBROS DAS CÂMARAS TÉCNICAS DOS COMITÊS PCJ
VALOR DO CONTRATO	R\$ 106.010,00
CONTRATADO	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO DE PIRACICABA - FUMEP
CNPJ DO CONTRATADO	54.393.491/0001-07
INÍCIO DA VIGÊNCIA	09/06/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	08/12/2018

**10) ESTUDO DE AVALIAÇÃO HIDROGEOLÓGICA VISANDO A CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA**

Nº DO CONTRATO	030/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (PLANOS DIRETORES E ESTUDOS)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	TOMADA DE PREÇOS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8666/93
OBJETO DO CONTRATO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE AVALIAÇÃO HIDROGEOLÓGICA VISANDO A CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA
VALOR DO CONTRATO	R\$ 393.460,50
CONTRATADO	HIDROGEOAMBIENTAL PROJETOS, SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA.
CNPJ DO CONTRATADO	05.841.496/0001-40
INÍCIO DA VIGÊNCIA	22/08/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	18/08/2018

**11) PLANO INTEGRAL DE PROPRIEDADE (PIP) ELETRÔNICO PARA ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES E POSSES LOCALIZADAS NAS SUB-BACIAS DOS CÓRREGOS: CAVALHEIRO (ANALÂNDIA) E BOA VISTA/ÁGUA BRANCA (CHARQUEADA/SÃO PEDRO)**

Nº DO CONTRATO	031/2017
FONTE DE RECURSOS	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS)
MODALIDADE DE LICITAÇÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	LEI FEDERAL Nº 8666/93
OBJETO DO CONTRATO	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PLANO INTEGRAL DE PROPRIEDADE (PIP) ELETRÔNICO VIABILIZANDO OS PROJETOS EXECUTIVOS DE ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE PROPRIEDADES E POSSES LOCALIZADAS NAS SUB-BACIAS DOS CÓRREGOS: CAVALHEIRO (ANALÂNDIA) E BOA VISTA/ÁGUA BRANCA (CHARQUEADA/SÃO PEDRO) COM A APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DO ENTORNO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS INTERFERÊNCIAS, BEM COMO A ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA VISANDO A EXECUÇÃO DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA
VALOR DO CONTRATO	R\$ 558.005,30
CONTRATADO	CODASP – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO
CNPJ DO CONTRATADO	61.585.220/0001-19
INÍCIO DA VIGÊNCIA	07/08/2017
TÉRMINO DA VIGÊNCIA	06/08/2018

**12) ESTUDO, DESENVOLVIMENTO E APOIO OPERACIONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SISTEMA DE SUPORTE A DECISÃO PCJ**

<b>Nº DO CONTRATO</b>	038/2017
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (SISTEMAS DE INFORMAÇÕES)
<b>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</b>	DISPENSA DE LICITAÇÃO
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	LEI FEDERAL Nº 8666/1993
<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES DE ESTUDO, DESENVOLVIMENTO E APOIO OPERACIONAL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SSD PCJ E DA COORDENAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ
<b>VALOR DO CONTRATO</b>	R\$ 1.349.486,18
<b>CONTRATADO</b>	FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE HIDRÁULICA
<b>CNPJ DO CONTRATADO</b>	55.639.124/0001-03
<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b>	24/11/2017
<b>TÉRMINO DA VIGÊNCIA</b>	23/11/2018

**13) PROCESSO DE ANÁLISE, CONTRATAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS A SEREM FINANCIADOS COM OS RECURSOS DA COBRANÇA PCJ FEDERAL**

<b>Nº DO CONTRATO</b>	040/2017
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA)
<b>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</b>	DISPENSA DE LICITAÇÃO
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	LEI FEDERAL Nº 8666/1993
<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATUAR NO PROCESSO DE ANÁLISE, CONTRATAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJETOS A SEREM FINANCIADOS COM OS RECURSOS ARRECADADOS COM A COBRANÇA FEDERAL, NAS BACIAS PCJ, MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA, CONFORME AS DIRETRIZES GERAIS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS – DGPO
<b>VALOR DO CONTRATO</b>	R\$ 1.829.178,54
<b>CONTRATADO</b>	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
<b>CNPJ DO CONTRATADO</b>	00.360.305/0001-04
<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b>	13/12/2017
<b>TÉRMINO DA VIGÊNCIA</b>	12/12/2018

Outras ações que já se encontravam contratadas em anos anteriores tiveram continuidade em 2017, com a celebração de termos aditivos, a saber:

**1) ASSESSORIA TÉCNICO E ADMINISTRATIVA, DENOMINADA “GERENCIADORA SECRETARIA EXECUTIVA COMITÊS PCJ”, VISANDO A EXECUÇÃO E GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ**

<b>Nº DO CONTRATO</b>	008/2015 – 2º Termo Aditivo
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ)
<b>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</b>	PREGÃO
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	LEI FEDERAL Nº 10520/2002
<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICO ADMINISTRATIVA VISANDO APOIO A EXECUÇÃO E AO GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ E DOS CONSELHOS FISCAL E DELIBERATIVO
<b>VALOR DO CONTRATO</b>	R\$ 468.845,19
<b>CONTRATADO</b>	MANIFESTA CERIMONIAL LTDA. – ME
<b>CNPJ DO CONTRATADO</b>	10.255.923/0001-48
<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b>	19/01/2017
<b>TÉRMINO DA VIGÊNCIA</b>	18/01/2018

**2) ASSESSORIA DE IMPRENSA, RELAÇÕES PÚBLICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS E ACOMPANHAMENTO DE EVENTOS DA AGÊNCIA DE ÁGUA E DOS COMITÊS PCJ**

<b>Nº DO CONTRATO</b>	015/2015 – 2º Termo Aditivo
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL)
<b>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</b>	PREGÃO
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	LEI FEDERAL Nº 10.520/20002
<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA DE IMPRENSA, RELAÇÕES PÚBLICAS E ACOMPANHAMENTO DE EVENTOS
<b>VALOR DO CONTRATO</b>	R\$ 62.446,80
<b>CONTRATADO</b>	PAULO EDUARDO STUCCHI DE CARVALHO - ME
<b>CNPJ DO CONTRATADO</b>	15.271.452/0001-85
<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b>	13/04/2017
<b>TÉRMINO DA VIGÊNCIA</b>	12/04/2018

**3) SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO À ANÁLISE PARA EMISSÃO DE PARECERES E APOIO LOGÍSTICO PARA FINS DE CADASTRAMENTO, FISCALIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO NAS BACIAS PCJ E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA COBRANÇA ESTADUAL PAULISTA NAS BACIAS PCJ**

<b>Nº DO CONTRATO</b>	025/2015 – 2º Termo Aditivo
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (CADASTROS E OUTORGAS)
<b>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</b>	CONCORRÊNCIA
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	LEI FEDERAL Nº 8666/1993
<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA SUPORTE TÉCNICO E ADMINISTRATIVO À ANÁLISE PARA EMISSÃO DE PARECERES TÉCNICOS E APOIO LOGÍSTICO PARA FINS DE CADASTRAMENTO, FISCALIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO OU INTERVENÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS SUBTERRÂNEOS E SUPERFICIAIS NAS BACIAS PCJ E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA COBRANÇA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS DA AGENCIA DAS BACIAS PCJ
<b>VALOR DO CONTRATO</b>	R\$ 1.955.910,70
<b>CONTRATADO</b>	IRRIGART ENGENHARIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE LTDA. EPP
<b>CNPJ DO CONTRATADO</b>	03.427.949/0001-60
<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b>	03/08/2017
<b>TÉRMINO DA VIGÊNCIA</b>	02/08/2018

**4) ASSESSORIA TÉCNICA, DENOMINADA “GERENCIADORA DE PROJETOS”, VISANDO APOIO AO GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DAS AÇÕES DE INVESTIMENTO JÁ CONTRATADAS E A SEREM CONTRATADAS PELA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**

<b>Nº DO CONTRATO</b>	029/2015 – 2º Termo Aditivo
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA)
<b>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</b>	TOMADA DE PREÇOS
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	LEI FEDERAL Nº 8666/1993
<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA TÉCNICA VISANDO APOIO AO GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DAS AÇÕES FINALÍSTICAS (DE INVESTIMENTOS) JÁ CONTRATADAS E A SEREM CONTRATADAS PELA AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ
<b>VALOR DO CONTRATO</b>	R\$ 1.310.024,54
<b>CONTRATADO</b>	NOVAES ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. – EPP
<b>CNPJ DO CONTRATADO</b>	13.359.577/0001-36
<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b>	10/08/2017
<b>TÉRMINO DA VIGÊNCIA</b>	09/08/2018

**5) ASSESSORIA TÉCNICA, DENOMINADA “GERENCIADORA PJ”, VISANDO O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NA PORÇÃO MINEIRA DAS BACIAS PCJ**

<b>Nº DO CONTRATO</b>	036/2015 – 2º Termo Aditivo
<b>FONTE DE RECURSOS</b>	COBRANÇA FEDERAL – PAP-PCJ 2017/2020 (APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI – COMITÊ PJ)
<b>MODALIDADE DE LICITAÇÃO</b>	PREGÃO
<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>	LEI FEDERAL Nº 10520/2002
<b>OBJETO DO CONTRATO</b>	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ASSESSORIA TÉCNICA VISANDO O APOIO, O SUPORTE TÉCNICO E O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NA PORÇÃO MINEIRA DAS BACIAS PCJ
<b>VALOR DO CONTRATO</b>	R\$ 250.000,00
<b>CONTRATADO</b>	IRRIGART ENGENHARIA E CONSULTORIA EM RECURSOS HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE LTDA. EPP
<b>CNPJ DO CONTRATADO</b>	03.427.949/0001-60
<b>INÍCIO DA VIGÊNCIA</b>	03/11/2017
<b>TÉRMINO DA VIGÊNCIA</b>	02/05/2018

Em relação às atividades ligadas à área ambiental, em especial, ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a Agência das Bacias PCJ em parceria com as Câmaras Técnicas de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e de Recurso Naturais (CT-RN), em 2017, reavaliaram as definições de procedimentos da Política de Mananciais PCJ dando agilidade e direcionamento para aplicação mais efetiva dos recursos do PAP-PCJ nesta área.

Em 15/12/2017, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 284/2017, aprovou-se nova redação para a Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ, que dispõe sobre as Ações para Produção e Conservação das Águas, Recuperação e Conservação do Solo e da Vegetação Nativa nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação de recursos financeiros das Cobranças PCJ e demais fundos financeiros. Ainda nesta data, aprovou-se por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 285/2017, edital que define cronograma e regras para seleção de áreas e de propostas no âmbito da Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ, visando à contratação no âmbito do PAP-PCJ 2017-2020, com recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio federal – Cobrança PCJ Federal.

## **5 – REMANEJAMENTO DE VALORES E INCLUSÃO DE AÇÕES**

Durante o exercício de 2017, diversas ações constantes do PAP-PCJ 2017-2020 foram contratadas, conforme explicitadas no item 3 e outras do exercício 2017 ainda estão em vias de serem contratadas, uma vez que o processo de licitação se iniciou em 2017, mas ainda não foram concluídos, devendo tais valores serem realocados para os anos seguintes.

No entanto, se propõe a inclusão de 2 novas ações, conforme listadas abaixo, com o remanejamento de valores entre as ações do mesmo grupo para atendimento destas nos anos subsequentes (2018-2020), a saber:

✓ Desenvolvimento de modelo de previsão de vazão com base em previsões meteorológicas – Grupo I – Ação c2 – **Valor: R\$1.000.000,00** (um milhão de reais)

✓ Firmar parcerias com instituições para promover curso de pós-graduação "lato sensu" de gerenciamento em águas subterrâneas – Grupo X – Ação 8 – **Valor: R\$225.000,00** (duzentos e vinte e cinco mil reais)

Além disso, foram realizadas realocações de valores dentro do Grupo XI – Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, especificamente da ação 1 - Logística e Suporte às reuniões plenárias e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; para a ação 4 - Tecnologias para aperfeiçoamento dos Sistemas da Secretaria Executiva dos Comitês em função das contratações com valores inferiores ao previsto - **Valor: R\$917.738,34** (novecentos e dezessete mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos).

O remanejamento dos valores acima totaliza **R\$ 2.142.738,34** (Dois milhões cento e quarenta e dois mil, setecentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos), ou seja **1,94 %** do total do PAP PCJ 2017-2020.

## **6- RESULTADOS E INDICADORES**

Ainda com relação ao Contrato de Gestão firmado com a Agência Nacional de Águas- ANA, a Agência das Bacias PCJ realiza uma série de ações, como aquelas dos indicadores abaixo relacionados inseridos no referido Contrato de Gestão:

### **A - Indicador 2 – Planejamento e Gestão:**

Os relatórios aqui descritos são exigências da Agência Nacional de Águas – ANA no âmbito do Contrato de Gestão 03/2011, que foram enviados ao final de janeiro de 2018 à Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão – CACG onde foram avaliados e foram considerados como atendendo as metas estabelecidas no contrato de gestão. O Relatório de Gestão 2017 completo pode ser obtido pelo link:

<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/gestao/relatorio-execucao-contrato-gestao-2017.pdf>

#### **2A 1 - Relatório anual de mapeamento de fontes de recursos disponíveis e Relatório anual de Acompanhamento das ações executadas.**

Os referidos Relatórios podem ser obtidos pelos links:

<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/gestao/2a1-relatorio-fontes-recursos-2017.pdf>

<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/gestao/2a1-avaliacao-investimentos-2010-2020.pdf>

#### **2A 2 – Relatório anual de Empreendimentos de Demanda Espontânea custeadas com Recursos da Cobrança Federal e Relatório Anual de Acompanhamento das Ações Executadas com Recursos da Cobrança Federal**

Os referidos Relatórios podem ser obtidos pelos links:

<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/gestao/2a2-demanda-espontanea-2017.pdf>

<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/gestao/2a2-relatorio-anual-acompanhamento-2017.pdf>

#### **2C - Relatório bianual da execução das ações previstas no Plano de Bacias PCJ 2010/2020.**

O relatório completo realizado no exercício de 2017 pode ser obtido através do link:

<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/gestao/2c-implementacao-plano-bacias-pcj-2017.pdf>

O Relatório em questão foi realizado no exercício de 2017. Abaixo segue apenas o item “**Recomendações – Avanços e Gargalos para concretizar o Plano**” transcrito no **item 7** do relatório da revisão do Plano de Bacias PCJ 2010/2020, para ilustrar os esforços despendidos por Prefeituras Municipais, Empresas de Saneamento, Governos Estaduais de São Paulo, Minas Gerais, União e de todos os membros dos Comitês PCJ visando o atingimento das metas do Plano das Bacias PCJ.

## **7. Recomendações – Avanços e Gargalos para concretizar o plano**

O trabalho de monitoramento e acompanhamento das metas do Plano de Bacias mostra-se um instrumento muito útil para avaliar a sua implementação, identificar os principais problemas que dificultam o cumprimento das metas, e apoia as discussões para a avaliação dos encaminhamentos que são dados no âmbito dos Comitês PCJ.

Nota-se que diante da aplicação de recursos financeiros, com maior aporte nos últimos anos, houveram significativos avanços no alcance das metas de esgotamento sanitário e perdas, quando se analisa a evolução do índice de saneamento na bacia. Mas como já tratados nos capítulos anteriores, pouco se pode avaliar quanto a evolução de outros aspectos na bacia, como reflorestamento, educação ambiental, questões ligadas a eventos extremos, dentre outros, diante da falta de métrica para tal.

É importante mencionar que apesar dos esforços empreendidos pelos Comitês PCJ, ainda é de extrema importância a busca por outras fontes de investimentos, e a iniciativa dos próprios municípios em elaborar projetos consistentes para obtenção desses recursos financeiros de fontes externas. Ainda se mostra um gargalo de grande expressão as diferenças entre as estimativas de recursos necessários apontadas pelo Plano de Bacias para o atendimento das metas previstas, e os recursos das Cobranças PCJ e FEHIDRO disponíveis.

Neste sentido, a falta de informações quanto aos investimentos de recursos próprios dos municípios e outras fontes ainda é uma questão que se precisa trabalhar. Durante as primeiras etapas da revisão do Plano de Bacias, especificamente na fase de diagnóstico, buscou-se levantar esses dados de investimento junto aos municípios, mas é preciso se pensar uma rotina prática de acompanhar de maneira mais intensa e próxima essas ações, para que se tenha condições de avaliar com clareza os resultados e compor os investimentos totais nas bacias PCJ.

É importante destacar, como foi observado, que existem ações propostas nos PDCs onde praticamente não se investiu, demonstrando claramente a necessidade de se reavaliar o que foi proposto no Plano de Bacias, tendo em vista que no curto para médio prazo, os investimentos mais expressivos se deram em recuperação da qualidade da água (PDC 3) e redução de perdas (PDC 5), que ainda se mostram de extrema importância, mas que precisam caminhar em conjunto com as diversas ações de gestão de recursos hídricos.

Nota-se, ainda, a dificuldade de acompanhar a estimativa de investimentos necessário estipuladas pelo Plano de Bacias para seus diversos PDCs, apesar do aumento dos recursos aplicados nos últimos anos. Destaca-se o PDC 3, que se refere a melhoria da qualidade de água, que não somou R\$ 60 milhões entre 2009 e 2012, quando a previsão superava os R\$ 140 milhões/ano. Em 2015 a aplicação de recursos se aproximou das estimativas, mas já em 2016 uma nova queda e somente em 2017 ultrapassou a estimativa, que fica na casa dos R\$ 40 milhões.

Fica nítido que somente com recursos advindos das Cobranças PCJ (Federal e Estaduais) e FEHIDRO, o montante investido nos Programas de Duração Continuada, definidos pelo Plano de Bacias 2010 a 2020, não são suficientes para alcançar as estimativas de aplicação, se mostrando um importante gargalho a ser trabalhando, tendo em vista que as estimativas de investimento foram traçadas para se atingir as metas. Os resultados mostram que para o alcance das metas são necessários em torno de R\$ 901 milhões, sendo R\$ 665 em coleta e R\$ 236 em tratamento.

Mesmo diante da falta de recursos financeiros, é possível notar avanços na situação das bacias PCJ, quando se fala de coleta e tratamento de esgoto, principalmente. Os dados apresentados mostram a evolução destes índices e que muitos municípios já atingiram e outros estão próximos das metas estabelecidas no Plano.

As visitas aos municípios das bacias PCJ, durante a etapa de diagnóstico da revisão do Plano das Bacias PCJ 2010 a 2020, possibilitou efetuar a validação e atualização de dados de saneamento que foram obtidos previamente através de consulta a fontes de dados oficiais, como CETESB, SNIS, os Atlas da ANA, entre outras fontes, como os próprios PMSB, que foram aqui apresentados no item relativo à Atualização dos Dados de Saneamento. A partir desses dados atualizados é possível verificar que houve uma significativa melhora nos indicadores relativos ao esgotamento sanitário. O índice de tratamento do esgoto gerado nas Bacias PCJ passou de 42% em 2008 (ano base da elaboração do Plano de Bacias vigente), para 59% em 2012, 72% em 2014, mantendo-se nesse patamar em 2015 e atingindo 83% em 2016.

Esse aumento de mais de 10% no índice está relacionado não apenas à melhoria no sistema de esgotamento em si, diante dos contínuos investimentos da bacia no setor, mas também ao processo de validação dos dados junto aos municípios, trazendo informações mais fieis a realidade.

Frente ao que se apresentou e diante da revisão do Plano de Bacias 2010 a 2020, que vem se desenvolvendo desde meados de 2016, é preciso reavaliar como se atingir as metas e a métricas utilizadas para acompanhar a implementação das ações propostas pelo Plano de Bacias. Sendo que uma das atividades da revisão do Plano, conforme comentando no item 0, é a avaliação e proposição de um plano de ações e metas.

Um dos grandes avanços que cabe destacar, está relacionado com o reenquadramento dos trechos do Rio Jundiáí, de classe 4 para classe 3, para o qual havia proposta de reenquadramento prevista no Plano de Bacias 2010 a 2020, e que diante dos diversos investimentos técnicos e financeiros na bacia do Jundiáí, pode-se garantir a melhora da qualidade do corpo hídrico. Esse é um importante passo que se dá na gestão dos recursos hídricos no Brasil, sendo o primeiro rio reenquadrado para uma classe superior no país. A "despoluição" é resultado de 33 anos de estudos, projetos e investimentos, parte deles feitos pelos Comitês PCJ e Agência das Bacias PCJ.

Diante dos termos da Informação Técnica CETESB nº 113/15/CJJ, de 18/11/15, que subsidia a solicitação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, junto aos Comitês PCJ, referente à formalização dos procedimentos administrativos e legais para que seja oficializado o reenquadramento do Rio Jundiáí, nos trechos restantes, de Classe 4 para Classe 3, previsto, no Plano de Bacias dos Comitês PCJ 2008-2020, e aprovado pelos Comitês PCJ, por meio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 097, de 09 de dezembro de 2010, a Deliberação dos Comitês

PCJ nº 261, de 16 de dezembro de 2016, aprova a proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiáí, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3 e dá outras providências.

Salienta-se que o Plano de Bacias PCJ dentro das diretrizes para implementação do Plano definiu a necessidade de estudo para estabelecimento de Diretrizes para Renovação da Outorga do Sistema, que de acordo com a Nota Técnica Conjunta ANA - DAEE nº 428 de Julho de 2004, deveria ocorrer em 2014, mas devido às estiagens ocorridas nos anos de 2014 e 2015, o prazo da outorga foi estendido duas vezes, primeiramente até outubro de 2015 por meio da Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 910, de 07 de julho de 2014, e depois até maio de 2017, pela Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 1.200, de 22 de outubro de 2015.

Considerando as discussões acerca da renovação da outorga do Sistema Cantareira, a ANA e o DAEE elaboraram o Relatório Conjunto ANA/DAEE, de 17 de fevereiro de 2017 (ANA; DAEE, 2017), que constituiu a proposta-guia para a discussão da renovação da outorga do Sistema Cantareira. Nesse documento foram vazões mínimas de jusante nos reservatórios do Sistema Cantareira, de forma que possa ser monitorando visando garantir, nos pontos definidos as vazões definidas.

Em 29/05/2017 foi assinada a Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 926, de 29 de maio de 2017, que outorga à SABESP, pelo prazo de 10 anos, o uso das vazões máximas médias mensais do Sistema Cantareira, para fins de abastecimento público de até 33 m<sup>3</sup>/s, porém devendo respeitar as condições de operação estabelecidas na Resolução Conjunta ANA/DAEE nº 925, de 29 de maio de 2017. Com as novas regras, a garantia para as bacias PCJ, que era de 5 m<sup>3</sup>/s durante a estiagem, foi dobrada, para 10 m<sup>3</sup>/s e pode chegar a até 12 m<sup>3</sup>/s, no período úmido.

**FUNDAÇÃO AGÊNCIA DAS BACIAS PCJ**

**ANEXO I - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL - PAP-PCJ 2017/2020 - REVISÃO 2017 (PROPOSTA APRESENTADA NA CT-PB EM 14/03/2018)**

ITEM	GRUPOS	AÇÕES PREVISTAS	2017 (Contratado)	2018	2019	2020	TOTAL	%	CT/AGÊNCIA
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 30.486.803,86</b>	<b>R\$ 35.125.850,75</b>	<b>R\$ 32.779.436,34</b>	<b>R\$ 11.601.699,51</b>	<b>R\$ 109.993.790,46</b>	<b>100,00</b>	
I	SISTEMAS DE INFORMAÇÕES	<b>TOTAL</b>	R\$ 1.748.177,82	R\$ 7.250.436,12	R\$ 5.100.949,94	R\$ 3.650.436,12	R\$ 17.750.000,00	16,14	-
		1 - Ações no Âmbito da Política de Monitoramento e Gestão da Informação	R\$ 325,00	R\$ 6.883.225,00	R\$ 3.633.225,00	R\$ 3.283.225,00	R\$ 13.800.000,00	-	-
		a - Gerenciamento e acompanhamento do desenvolvimento de atualizações para o SSD PCJ	R\$ 325,00	R\$ 408.225,00	R\$ 408.225,00	R\$ 408.225,00	R\$ 1.225.000,00	-	AGÊNCIA
		b - Informações Hidrometeorológicas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 1.750.000,00	-	CT-MH
		c1 - Informações Hidrológicas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação.	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	-	CT-MH
		c2 - Desenvolvimento de modelo de previsão de vazão com base em previsões meteorológicas	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	-	CT-MH
		d - Informações de qualidade das águas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação	R\$ 0,00	R\$ 3.250.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.250.000,00	-	CT-MH
		e - Informações de Águas Subterrâneas das Bacias PCJ, com interligação à Sala de Situação	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	-	CT-AS
		f - Estruturação e apoio ao funcionamento da Sala de Situação (Elaboração do manual de operação e integração de dados)	R\$ 0,00	R\$ 525.000,00	R\$ 525.000,00	R\$ 525.000,00	R\$ 1.575.000,00	-	AGÊNCIA CT-MH
		2 - Ações de Tecnologia da Informação na Agência das Bacias PCJ	R\$ 398.366,64	R\$ 367.211,12	R\$ 367.211,12	R\$ 367.211,12	R\$ 1.500.000,00	-	AGÊNCIA
		3 - Serviço de apoio operacional à coordenação de Sistema de Informações	R\$ 1.349.486,18	R\$ 0,00	R\$ 1.100.513,82	R\$ 0,00	R\$ 2.450.000,00	-	AGÊNCIA
II	PROGRAMA DE EFETIVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA	<b>TOTAL</b>	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 315.000,00	R\$ 1.290.000,00	1,17	-
		1 - Encaminhamento e acompanhamento das discussões da proposta de enquadramento junto aos Conselhos estaduais de Minas Gerais, São Paulo e Conselho Nacional	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 125.000,00	R\$ 65.000,00	R\$ 190.000,00	-	CT-OL
		2 - Contratação de Estudos e propostas de melhorias da eficiência operacional das ETEs municipais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 500.000,00	-	CT-OL
		3 - Acompanhamento das ações e resultados nos trechos reenquadráveis visando a manutenção dos cursos d'água nas classes de qualidade	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	-	CT-OL
III	PROGRAMA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS	<b>TOTAL</b>	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 650.000,00	R\$ 175.000,00	R\$ 825.000,00	0,75	-
		1- Revisão/Atualização dos objetivos da Política Municipal de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	-	CT-PB
		2 - Definição das etapas de implantação da Política Municipal de Recursos Hídricos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 350.000,00	R\$ 175.000,00	R\$ 525.000,00	-	

IV	POLÍTICA DE RECUPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE MANANCIAS	<b>TOTAL</b>	R\$ 2.047.248,56	R\$ 5.220.664,90	R\$ 4.588.421,64	R\$ 2.205.664,90	R\$ 14.062.000,00	12,78	-
		1- Programa de Recuperação, Conservação e Proteção de Áreas.	R\$ 558.005,30	R\$ 1.730.664,90	R\$ 1.230.664,90	R\$ 980.664,90	R\$ 4.500.000,00	-	CT-RURAL CT-RN
		a) Estudos e Projetos	R\$ 558.005,30	R\$ 730.664,90	R\$ 730.664,90	R\$ 730.664,90	R\$ 2.750.000,00	-	
		b) Serviços	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 1.750.000,00	-	
		2- Programa de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA-PCJ	R\$ 0,00	R\$ 1.300.000,00	R\$ 700.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 2.350.000,00	-	
		a) Pre-PSA	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 350.000,00	-	
		b) Pro-PSA	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 1.750.000,00	-	
		c) PSA-Pagamento	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 250.000,00	-	
		3 - Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais de Interesse Regional - APRM	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00	-	
		a) Estudos e projetos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 150.000,00	-	
		b) Serviços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 150.000,00	-	
		4) Proteção da MATA ATLÂNTICA	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 175.000,00	-	
		a) Estudos e projetos	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 175.000,00	-	
		b) Serviços	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-	
		5- LUISA	R\$ 1.117.243,26	R\$ 0,00	R\$ 257.756,74	R\$ 0,00	R\$ 1.375.000,00	-	
		6 - Parceria com a AGENCAMP	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ 2.750.000,00	-	
		7- Contratação de serviço de apoio operacional à coordenação de Gestao/ Ambiental	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.150.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.150.000,00	-	
8- Plano Diretor Florestal	R\$ 372.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 462.000,00	-	CT-RURAL CT-RN		
V	RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS CORPOS D'ÁGUA	<b>TOTAL</b>	R\$ 5.850.900,70	R\$ 3.210.277,30	R\$ 2.800.000,00	R\$ 650.000,00	R\$ 12.511.178,00	11,37	-
		1 - Contratação de prestação de serviços visando estudos para melhoria da eficiência dos sistemas para lodo de ETA e ETE	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 350.000,00	-	CT- SA
		2 - Remuneração do Agente Técnico	R\$ 2.426.730,96	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.426.730,96	-	AGÊNCIA
		3 - Contratação de Serviços visando a Elaboração do Plano Diretor de Reúso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 750.000,00	-	CT- SA
		4 - Contratação de ações no âmbito da Política de Saúde Ambiental dos Comitês PCJ	R\$ 0,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 3.750.000,00	-	-
		a) Plano de Segurança da Água	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	-	CT-SAM
		b) Índice de Salubridade Ambiental	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	-	CT-SAM
		c) Estudo Sobre condições de tratabilidade da água	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 1.750.000,00	-	CT-SAM
		5 - Contratação de Estudo visando adequação das ETES industriais visando o enquadramento	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	-	CT- SA
		6 - Elaboração de Projetos Básicos ou Executivos e Licenciamento para ETES municipais	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 700.000,00	-	CT- SA
7 - Ações a serem financiadas como demanda espontânea	R\$ 3.424.169,74	R\$ 110.277,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.534.447,04	-	CT-PL		
VI	PROGRAMA DE USO RACIONAL DE ÁGUA	<b>TOTAL</b>	R\$ 15.307.027,06	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.389.975,46	R\$ 0,00	R\$ 18.197.002,52	16,54	-
		1- Ações a serem financiadas como demanda espontânea	R\$ 13.997.002,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 13.997.002,52	-	CT-PL
		2 - Contratação de serviço de apoio operacional à coordenação de Projetos	R\$ 1.310.024,54	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.389.975,46	R\$ 0,00	R\$ 4.200.000,00	-	AGÊNCIA

VII	CADASTROS E OUTORGAS	<b>TOTAL</b>	R\$ 1.955.910,70	R\$ 3.775.000,00	R\$ 1.144.089,30	R\$ 100.000,00	R\$ 6.975.000,00	6,34	-
		1 - Apoio aos trabalhos de Fiscalização, Cadastramento, Licenciamento e Regularização de outorgas de poços tubulares profundos e captações superficiais	R\$ 1.955.910,70	R\$ 2.100.000,00	R\$ 844.089,30		R\$ 4.900.000,00	-	CT-OL
		2 - Parceria com entidades ligadas ao setor para realização de outorgas de uso no meio rural	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 700.000,00	-	AGÊNCIA
		3 - Desenvolvimento do Sistema de cobrança	R\$ 0,00	R\$ 1.375.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.375.000,00	-	AGÊNCIA
VIII	MACRODRENAGEM E DESASSOREAMENTO	<b>TOTAL</b>	R\$ 225.527,57	R\$ 3.874.472,43	R\$ 4.800.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 9.025.000,00	8,21	-
		1 - Bacia do Rio Jundiá	R\$ 0,00	R\$ 2.200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.200.000,00	-	CT- S A
		2 - Bacia do Rio Capivari	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.300.000,00	-	
		3 - Revisão PDM Rib Quilombo	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	-	CT- S A
		4 - Canal de Piracaiá e Rio Atibainha	R\$ 225.527,57	R\$ 774.472,43	R\$ 500.000,00	R\$ 125.000,00	R\$ 1.625.000,00	-	CT-MH
		5 - Rio Camanducaia	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	-	CBH-PJ
		6 - Corrego Divinéia	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	-	CBH-PJ
IX	PLANOS DIRETORES E ESTUDOS	<b>TOTAL</b>	R\$ 393.460,50	R\$ 2.900.000,00	R\$ 5.700.000,00	R\$ 1.650.000,00	R\$ 10.643.460,50	9,68	-
		1- Plano Municipal de Saneamento básico	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 525.000,00	-	AGÊNCIA
		2 -Plano Diretor de Combate às Perdas	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.350.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 3.425.000,00	-	CT- SA
		3 - Plano de Bacias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 225.000,00	-	CT-PB
		4 - Estudo de Alternativas para Abastecimento público na Bacia do Rio Corumbataí	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 1.350.000,00	-	CT- SA
		5 - Estudo para definição de áreas de restrição e Controle de Captação e Uso das Águas Subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 3.000.000,00	-	CT- AS
		6 - Estudo de Avaliação da Disponibilidade Hídrica e recarga do Sistema Aquífero Guarani	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 750.000,00	-	CT- AS
		7 - Contratação de prestação de serviços para desenvolvimento de metodologia visando a definição de uso insignificante nas Bacias PCJ	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 525.000,00	-	CT-OL
		8 - Estudos para caracterização das fontes de poluição difusa, nas áreas urbanas e rurais	R\$ 0,00	R\$ 300.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 450.000,00	-	CT-SA
		9 - Estudo de Avaliação Hidrogeologica visando captação de água	R\$ 393.460,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 393.460,50	-	CT- IND CT- AS
		<b>TOTAL</b>	R\$ 1.122.342,58	R\$ 1.895.000,00	R\$ 1.731.000,00	R\$ 355.523,38	R\$ 5.103.865,96	4,64	-
		1 - Reavaliação do Projeto AQUAEDUCA; Construção de Sistema de Informações georreferenciado (on Line) como banco de boas Práticas de Educação Ambiental e outras medidas não-estruturais	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 150.000,00	-	CT-EA
		2 - Contratação de serviços para levantamento de informações, criação, impressão e divulgação do relatório de gestão anual, informativos dos Comitês PCJ, folders, banners, videos, publicações e materiais educativos	R\$ 208.865,96	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00		R\$ 508.865,96	-	AGÊNCIA

X	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CURSOS, CAPACITAÇÕES E COMUNICAÇÃO SOCIAL.	3 - Contratação de consultoria para transformação do Plano de Bacias (linguagem técnica) em linguagem pedagógica e produção de material específico para diversas faixas etárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 300.000,00	-	CT-EA
		4 - Contratação de Serviços visando implementação das ações previstas no Plano de Midia PCJ	R\$ 400.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.250.000,00	-	AGÊNCIA
		5 - Firmar parcerias com as Instituições de Ensino, visando oferecer aos membros das Câmaras Técnicas vagas nos cursos de especialização "Lato Sensu". 1 vaga por Câmara Técnica por ano	R\$ 99.476,62	R\$ 120.000,00	R\$ 120.000,00	R\$ 80.523,38	R\$ 420.000,00	-	AGENCIA
		6 - Firmar parcerias com instituições para promover o ensino à distância e presencial em recursos hídricos, saneamento, educação ambiental e afins, visando à realização de oficinas, cursos, seminários de atualização, aperfeiçoamento e especialização e, de estudos e pesquisas em recursos hídricos	R\$ 414.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 86.000,00	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	-	CT-ID
		7 - Firmar parcerias com instituições para promover cursos de capacitação para operadores dos serviços de saneamento	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 550.000,00	-	CT-SA
		8- Firmar parcerias com instituições para promover curso de pós graduação "lato sensu" de gerenciamento em águas subterrâneas	R\$ 0,00	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 225.000,00	-	CT-AS
		9 - Construção e instalação de materiais educativos interativos que trabalhem Educação Ambiental, Recursos hídricos e promovam a divulgação do trabalho realizado pelos Comitês PCJ	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	-	CT-EA
XI	SECRETARIA EXECUTIVA DOS COMITÊS PCJ	<b>TOTAL</b>	R\$ 1.559.924,89	R\$ 2.700.000,00	R\$ 2.350.000,00	R\$ 1.350.075,11	R\$ 7.960.000,00	7,24	-
		1- Logística e Suporte às reuniões plenárias e das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ	R\$ 257.261,66	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.757.261,66	-	SE PCJ
		2 - Eventos especiais dos Comitês PCJ, tais como: evento de comemoração aos 25 anos de implantação, Intercâmaras, simposios	R\$ 0,00	R\$ 600.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 900.000,00	-	
		3 - Participação de membros dos Comitês PCJ em eventos externos, tais como: Foruns Nacional, Paulista e Mineiro de Comitês de Bacias, ABRH; ABES; ABAS; AIDRIS; ASSEMAE; Fórum das Américas e Fórum Mundial da Água, REBOB, RIOB	R\$ 325.425,78	R\$ 450.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 326.520,30	R\$ 1.601.946,08	-	AGÊNCIA
		4 - Tecnologias para aperfeiçoamento dos Sistemas da Secretaria Executiva dos Comitês	R\$ 450.792,26	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 1.750.792,26	-	
		5 - Contratação de serviço de apoio operacional à Secretaria Executiva	R\$ 526.445,19	R\$ 650.000,00	R\$ 650.000,00	R\$ 123.554,81	R\$ 1.950.000,00	-	

XII	APOIO À GESTÃO E FORTALECIMENTO DO COMITÊ PIRACICABA E JAGUARI - COMITÊ PJ	<b>TOTAL</b>	R\$ 276.283,48	R\$ 1.800.000,00	R\$ 950.000,00	R\$ 425.000,00	R\$ 3.451.283,48	3,14	-
		1 - Contratação de serviço de apoio operacional à coordenação de gestão para atendimento ao PJ	R\$ 250.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 450.000,00	-	AGÊNCIA
		2 - CAR - PCJ MINEIRO	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 350.000,00	-	CBH-PJ
		3 - Pagamento por serviços ambientais – PSA-mineiro	R\$ 0,00	R\$ 1.500.000,00	R\$ 750.000,00	R\$ 375.000,00	R\$ 2.625.000,00	-	
		4- Reforma do Viveiro de Camanducaia	R\$ 26.283,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 26.283,48	-	
XIII	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS DAS BACIAS DOS RIOS CAMANDUCAIA E JAGUARI, À MONTANTE DAS BARRAGENS	<b>TOTAL</b>	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 1.200.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 2.200.000,00	2,00	-
		1- Estudos de Alternativas, Projetos Básicos ou Executivos para Sistemas de Tratamento de efluentes	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 700.000,00	-	CT-MH OU CT-SA
		2- Obras e Serviços para sistemas de Tratamento de efluentes	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 1.500.000,00	-	